

Projecto de Apoio à criação de condições sustentáveis de consolidação do Estado de Direito e da governação democrática fundada sobre a participação cidadã, o reforço da responsabilidade, da redevância das instituições republicanas e da Sociedade Civil - (PACID).

ACTA DA REUNIÃO DO COMITÉ LOCAL DE EXAME DO PROJECTO (CLEP)

18 DE FEVEREIRO 2015

Aos dezoito dias do mês de Fevereiro do ano dois e quinze, decorreu, numa das salas do edifício da Assembleia Nacional Popular, a reunião de Comité Local de Exame do Projeto - CLEP, tendo como assunto, Aprovação do Documento Projecto e Plano Anual do Trabalho de Projeto de Apoio a Consolidação das Instituições Democráticas - PACID, visando dar contribuição à consolidação do estado de Direito e da Governação Democrática da Guiné-Bissau, através da impulsão da participação e reforço de capacidades de resiliência (resistência) da Populações, das instituições republicanas que são a ANP, a CNE e a Sociedade Civil, a enfrentarem os desafios da instabilidade e a da má governação, para atingir uma Paz duradoura para o Desenvolvimento.

A reunião foi presidida pelo Exmo Sr. José Carlos Rodrigues da Fonseca, Secretario Geral da ANP, na qualidade de Beneficiário Principal do projecto. Em linha com as disposições do documento de projecto, fez ainda parte da Mesa de Honra:

- ✓ O Exmo Sr. Dauda Sau, Assistente do Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na qualidade de Executor do projecto.

Estiveram ainda presentes na reunião representantes das instituições beneficiárias directas do projecto (Comissão Nacional de Eleições , Movimento Nacional das Organizações da Sociedade Civil.

O CLEP foi facilitado pelo Exmo Sr. José Carlos Rodrigues da Fonseca, Secretario Geral da ANP, que agradeceu em nome do Presidente e em nome dele próprio a presença de todos para em seguida submeter para a aprovação do Ordem do Dia que foi aprovada com os pontos que se seguem:

1. Introdução
2. Apresentação do documento draft
3. Comentários, recomendação e adoção
4. Conclusão do CLEP e aprovação dos Planos Anual de Trabalho (PTA) 2015 para ANP, CNE e MNSC.

Apos aprovação de Ordem do Dia o Exmo Senhor José Carlos Rodrigues da Fonseca , Secretário-geral da ANP passou a palavra ao senhor José Malam Jassi , para fazer apresentação do Documento Projecto e dos planos de trabalhos do projeto.

APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO PROJECTO E DOS PLANOS DE TRABALHO ANUAIS (PTA) 2015-16 PARA GUINE BISSAU

O Sr. Sr. José Malam Jassi (PNUD), procedeu à apresentação do Documento Projecto e o processo de formulação dos PTAs para ANP,CNE e MNSC sendo de realçar:

1. O recapitular do âmbito, domínio e estratégia do projecto;
2. A apresentação detalhada da metodologia usada para a formulação dos PTAs;
3. A partilha de diagnósticos que serviram de base de referência para a elaboração das acções dos PTAs;
4. Informação detalhada sobre as acções dos PTAs para 2015 e orçamentos anuais.

O Sr. José Malam Jassi , realçou o carácter inclusivo e participativo do processo de formulação que, desse modo, permitiu reflectir as reais necessidades dos beneficiários num quadro que promove sinergias e evitar redundâncias e sobreposições com apoios e outras iniciativas em curso.

Em jeito de conclusão, disse que o processo de formulação foi inclusivo e permitiu responder ao conjunto das necessidades específicas de cada beneficiário e aos planos operacionais e prioridades estabelecidas nas respectivas planificações anuais.

DECLARAÇÕES DOS MEMBROS DO CLEP

Sr. José Carlos Rodrigues da Fonseca - Secretário-geral da ANP, Agradeceu a apresentação do projecto e apoio que o PNUD tem dado a ANP , disse que este projecto vem ao encontro das necessidades que a ANP enfrenta e esta nova Mesa da ANP está determinada em ter nesta legislatura maior eficiência e eficácia bem como maior produtividade em termos de produção legislativa. Para em seguida abrir a sessões para para outras intervenções e observações por forma enriquecer o documento apresentado.

Sr. Dauda Sow (PNUD): saudou os presentes e frisou que é uma prática para PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) após a elaboração do documento projecto realizar encontros com outros parceiros de desenvolvimento do país e dos beneficiarios para apresentação e análise do projecto por forma acolher interesse por parte de outros parceiros em se associarem ao projecto.

Explicou que o presente projecto vem em resposta a solicitação da ANP e visa essencialmente melhorar as funcionalidades das instituições Democráticas, tais como a Assembleia Nacional Popular (ANP) e a Comissão Nacional de Eleições (CNE) no intuito de ajuda-los a preservarem os conhecimentos adquiridos antes da crise e elaborar as estratégias transitórias que visam a consolidação do Estado de Direito, a promoção da boa governação .

Sra. Raluca Eddon (PBF): Segundo ela, na área do parlamento parece que há uma parte técnica e uma política, para tal ela sugere que deve-se incluir um técnico especializado na área dos assuntos parlamentares, investir não na quantidade mas na qualidade das leis, ter em conta o programa da Mesa e o plano estratégico para o desenvolvimento do Governo;

Sr. Manuel Sumaila Sani (Chefe do Gabinete do Presidente da CNE): Felicitou a equipa do PNUD pela apresentação e salientou que deve-se tomar em conta a necessidade de conservação dos materiais eleitorais, bem como a necessidade de se proceder a revisão da Lei Eleitoral e apoio da ANP para que essa a revisão da Lei Eleitoral seja efectivamente uma realidade é fundamental.

Ele concorda com o facto de se priorizar a qualidade das leis e não a quantidade delas, no entanto chama atenção para o facto de mesmo nas actuais leis não haver uma clarificação o que condiciona as actividades da Comissão Nacional de Eleições – CNE nomeadamente nos períodos eleitorais em que é obrigada a recorrer as boas práticas para tentar colmatar as lacunas da Lei Eleitoral.

Segundo ele, o nível da pressão política aumentou muito nas últimas eleições gerais porque muitas situações que decorreram durante esse periodo eleitoral nao estao previstas na lei eleitoral e a CNE nao tem poder normativo para fazer face as estas situações.

Sugere que as futuras revisões da Lei eleitoral a Comissão Nacional de Eleições deve ser ouvida e apresentar as suas contribuições por forma a corrigir as falhas e algumas incongruências da Lei Eleitoral.

Ele finaliza, explicando que por razões alheias, o plano estrategico da CNE, várias vezes foi interrompido, e que agora pretende-se com a ajuda do PNUD a feitura de um novo plano estratégico, que incluirá as autarquias, as legislativas e a presidencial, que vai de dois mil e quinze a dois mil e dezanove.

Sra. Alima Konade (PNUD): Agradeceu a oportunidade, para ela é preciso insistir na necessidade de acompanhamento do projeto, nos aspetos particulares como é o caso da transparência e, por último salientou a necessidade de se conseguir mais parceiros interessados no apoio ao projecto para se atingir os resultados pretendidos.

Sr. Mamadu Queta (MSC): Após as saudações, chamou atenção no que toca ao seguimento e acompanhamento das políticas públicas, para ele é preciso reforçar as capacidades das Organizações da Sociedade Civil e especializa-la em varias temas para poder responder com as exigências que os novos tempos colocam as OSC.

Sr. Fábio Sousa (Representante da Embaixada de Portugal): para ele deve se melhorar a qualidade da legislação e não a quantidade de leis produzidas e reconhece ser difícil captar isso num projeto, no entanto sugere mais especificação daquilo que a ANP realmente pretende.

Sra. Kelly Lopes (Representante da CEDEAO): segundo ela, deve-se ter em conta a questão do armazenamento dos materiais eleitorais de forma a não cair no mesmo erro de termos que pagar os atrasados das rendas de imóveis que albergam esses materiais que funcionem com as sedes regionais das Comissão Nacional de Eleições as CRE's. A deteriorização desses materiais eleitorais devido a sua má conservação, torna os custos eleitorais ainda mais elevados para cada vez que se faz eleição.

Para finalizar, ela disse que não pode afirmar que a organização que representa avançará com algum apoio financeiro para o projeto.

Sr. Manuel Sumaila Sani (chefe do Gabinete do Presidente da CNE): Explicou que o actual espaço da CNE foi cedido pelo Governo, mas não se sabe se no espaço contíguo pode-se construir armazéns para conservar os materiais eleitorais, o que seria o ideal.

Sr. Alain Sanka (GTAPE): Propôs aos doadores e ao Governo a construção de um armazém em Bissau e outro na região, e como há espaço que foi cedido pelo antigo Presidente da República porque não se construiu um edifício para o funcionamento da CNE e do Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral - GTAPE? Segundo ele, a parte que refere ao reforço da função de recolha dos dados cabe ao GTAPE e não a CNE, então isso deve ser revista no projecto, uma vez que são duas instituições diferentes.

Sr. Manuel S. Sani (CNE): fez um ponto de ordem, esclarecendo que é bom a CNE fazer parte da revisão da Lei Eleitoral de forma a mostrar claramente a divisão da responsabilidade entre a CNE e GTAPE no capítulo da Gestão e Administração do Processo Eleitoral. E segundo ele, a CNE teve dificuldades de acesso a Base de Dados do recenseamento eleitoral na posse do GTAPE, para fazer algumas correções das omissões nas listas eleitorais os técnicos da CNE tiveram que fazer muitos esforços para colmatar essas lacunas, por manifesta falta de colaboração Institucional do Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral – GTAPE.

Sr. José Malam Malam Jassi (PNUD): Diz que o GTAPE fez o recenseamento eleitoral e desagregou o resultado do recenseamento eleitoral por sexo o que ajuda bastante na análise de número de recenseamento. Reconhece que o projecto não contempla o GTAPE por ser uma direcção geral sob tutela do Ministério do Interior e qualquer aproximação em termos de apoio carece de aprovação do Ministério, no entanto o GTAPE beneficiaria de apoios no domínio da capacitação que a CNE tiver como tem sido nos anteriores projectos executados pelo PNUD.

Sra. Alima Konade (PNUD): Para ela se a CNE e o GTAPE realizarem o mesmo trabalho será mais eficiente e permitirá maior ajuda.

Sr. José Carlos Rodrigues da Fonseca (Secretário-geral da ANP): sugeriu que o documento projeto e o seu PTA fossem aprovados na generalidade, com a promessa de ser reformulada e incluir sugestões apresentadas durante a discussão.

Proposta essa que foi aceite e o projeto foi aprovado por unanimidade.

Sr. Dauda Sow (PNUD): Para terminar, explicou que PNUD gostaria muito de acompanhar a ANP, a Sociedade Civil e a CNE no processo da construção de um Estado de direito.

Sr. José Carlos R. da Fonseca (Secretário-geral da ANP): Em forma de conclusão frisou que a parte da produção das leis da ANP deve ser muito bem revista, porque não basta produzir muito, mas sim com qualidade e eficácia, e para tal deve-se apoiar os deputados na capacitação e criar condições operacionais que as Comissões Especializadas possam funcionar bem como a própria ANP sem esquecer da Sociedade Civil e CNE.

Conclusões do CELP do Projecto PACID

Os membros do CELP concluíram de forma unânime que:

- i) O Documento Projecto de Apoio a Consolidação das Instituições Democráticas e PTA 2015 apresentado é o resultado de um trabalho inclusivo de formulação de acções pertinentes em resposta às necessidades reais dos beneficiários, em linha com os documentos orientadores de cada instituição beneficiária e com as estratégias nacionais no domínio da promoção da boa governação e consolidação das instituições democráticas.
- ii) As acções do PTA 2015 do Projecto de Apoio a Consolidação das Instituições Democráticas foram concebidas de forma à potenciar e reforçar as capacidades técnicas e institucionais das entidades e actores beneficiários do projecto para a criação de condições sustentáveis de consolidação da governação democrática fundada na participação cidadã.

Recomendações CELP do Projecto PACID

1. Aprovar Documento Projecto e o Plano de Trabalho Anual 2015 do Projecto de Apoio a criação de condições sustentáveis de consolidação do Estado de Direito e da governação democrática fundada sobre a participação cidadã, o reforço da responsabilidade, da redevância das instituições republicanas e da Sociedade Civil - PACID

Por fim o senhor Sr. José Carlos R. da Fonseca, Secretário-geral da ANP, agradeceu apoio da do PNUD e das outras organizações presentes na qualidade de parceiros tradicionais do país e as instituições nacionais vão continuar a contar o com os seus apoios de sempre .

Feito em Bissau, aos dezoito dias do mês de Fevereiro de dois mil e quinze

A taquígrafa


Dra. Samanta A. Turé





